

# Congresso trabalha CORREIO BRAZILIENSE duro até fevereiro

12 DEZ 1987

MARBA FURTADO  
Da Editoria de Política

O Presidente da República não precisa esperar o início do ano legislativo de 88 para encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei que cria o Imposto sobre o Patrimônio Líquido e o decreto-lei do pacote fiscal. Aproveitando a convocação extraordinária da Câmara e do Senado, o Poder Executivo se prepara para enviar, nas próximas semanas, estas e outras matérias para apreciação dos congressistas. O ministro Costa Couto, do Gabinete Civil, já comunicou ao presidente do Senado, Humberto Lucena, que a mensagem presidencial com o projeto de lei que altera a Lei do Inquilinato também será encaminhada durante esta fase de trabalhos.

O Congresso Nacional começa a funcionar, extraordinariamente, na próxima terça-feira. O senador Humberto Lucena convocou sessão solene de instalação para as 19h, quando será lido o Ato Convocatório especificando as matérias a serem examinadas no período que se estende até 28 de fevereiro. Na pauta se encontram mensagens presidenciais ainda de 1985; 173 decretos-leis, sendo que, destes, 149 necessitam de aprovação em regime de urgência (no máximo 10 dias) para não passarem por decurso de prazo. Entre eles se encontram alguns relativos ao primeiro "pacote" econômico do ministro Bresser Perelra, em vigor desde julho.

Mas nem mesmo os 60 senadores e os 347 deputados que subscreveram o pedido de convocação extraordinária do Congresso Nacional vão receber "hora extra" pelo trabalho que realizarão durante o período de recesso. As primeiras matérias a serem votadas,

quarta-feira, pela Câmara e pelo Senado separadamente, são dois projetos de resolução que eliminam o pagamento da ajuda de custo prevista no caso de convocação extraordinária. Assim, mesmo cumprindo a autoconvocação das duas Casas (o que não era feito desde 1964), eles deixarão de receber Cz\$ 120 mil pelo período, com direito a recesso de 23 de dezembro a 3 de janeiro e de 12 a 18 de fevereiro, correspondentes às festas de fim de ano e ao carnaval.

Há uma série de matérias pendentes de apreciação pela Câmara e pelo Senado, que tiveram seu ritmo de trabalho reduzido durante o ano em respeito à prioridade da Assembléia Nacional Constituinte. Até o dia 5 deste mês foram realizadas 41 sessões das duas Casas, que não foram suficientes para esvaziar as "gavetas" do Congresso. O senador Humberto Lucena informa em seu Ato Convocatório que 43 mensagens referentes a decretos-leis e sete a vetos presidenciais nem chegaram a ser oficialmente recebidas.

O Senado, cumprindo suas atribuições privativas, deve indicar neste período oito embaixadores e votar 22 pedidos de empréstimos a Estados e Municípios. Ao mesmo tempo, estará recebendo do Executivo mais 150 pedidos de empréstimos. A Câmara precisa votar o projeto que trata do Plano de Cargos e Carreiras do Servidor Civil da União, a definição de áreas provisórias para depósito de lixo radioativo e a venda de imóveis funcionais, entre outras matérias. Os senadores ainda terão que decidir sobre a autorização para que o Executivo emita Títulos da Dívida Agrária para pagamento das desapropriações provenientes da reforma agrária.